Despacho (extracto) n.º 3376/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Manuel António Fernandez Esteves, assistente convidado, além do quadro, com 40% do vencimento, da Faculdade de Medicina desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 4 de Maio de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 3377/2006 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Marcela Alves Segundo — rescindido a seu pedido o contrato de trabalho a termo certo das funções equiparadas a investigadora auxiliar da reitoria e serviços centrais desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação

Despacho (extracto) n.º 3378/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Janeiro de 2006 do vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, proferido por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Maria Luiza Kent-Smith do Amaral, professora auxiliar deste estabelecimento de ensino — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 13 a 15 de Janeiro de 2006.

11 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Meibel Simões Marques Soeiro Batista*.

Faculdade de Letras

Despacho n.º 3379/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 2006 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria Madalena Saraiva Pires da Fonseca, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 20 a 30 de Janeiro de 2006.

20 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

Despacho n.º 3380/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 2006 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria João Pinto Coelho Reynaud, professora associada desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 23 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2006.

20 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

Despacho n.º 3381/2006 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2006 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no País no período de 15 a 18 de Fevereiro de 2006.

25 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

Despacho n.º 3382/2006 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2006 da presidente do conselho directivo da Faculdade

de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Rosa Maria Martelo Fernandes Pereira, professora associada desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 13 a 17 de Fevereiro de 2006.

25 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 3383/2006 (2.ª série). — Por despacho do director desta Faculdade de 16 de Janeiro de 2006, proferido por delegação:

Doutora Isaura Ferreira Tavares, professora associada — concedida equiparação a bolseiro no País no dia 21 de Janeiro de 2006.

24 de Janeiro de 2006. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Rectificação n.º 204/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão rectifica-se que, no aviso n.º 1020/2006 (2.ª série) inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 26 de Janeiro de 2006, onde se lê «Concurso n.º 12/03.» deve ler-se «Concurso n.º 03/06.»

26 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

Rectificação n.º 205/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 1021/2006 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 26 de Janeiro de 2006, rectifica-se que onde se lê «Concurso n.º 13/03.» deve ler-se «Concurso n.º 04/06.»

26 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura

Aviso n.º 1828/2006 (2.ª série). — *Concurso de acesso geral para um lugar de assistente administrativo principal da carreira administrativa.* — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, devidamente autorizado em reunião do conselho directivo de 29 de Julho de 2005, se encontra aberto concurso de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo principal da carreira administrativa do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), constante do mapa II anexo à Portaria n.º 119/90, de 15 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo mapa anexo do despacho reitoral n.º 18/S.Ad/UTL/94, pelo mapa anexo I do despacho reitoral n.º 16 049/2000, de 13 de Julho, e pelo mapa anexo do despacho reitoral n.º 21 687/2002, de 12 de Setembro, com a rectificação n.º 166/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2003.

2 — Legislação aplicável — este concurso rege-se pelas regras constantes dos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento da vaga indicada, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — funções inerentes à categoria posta a concurso, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — Vencimento — o correspondente ao índice da respectiva categoria referenciado na escala salarial constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na versão republicada na íntegra em anexo à Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, sita na Rua de Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

7 — Condições de candidatura — sendo o concurso circunscrito a funcionários, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, constituem requisitos gerais de admissão ao mesmo os definidos no artigo 29.º do referido diploma.

7.1 — Requisitos especiais — ser assistente administrativo com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

8 — Métodos de selecção:

- a) Prova de conhecimentos específicos, escrita, de natureza prática, com carácter eliminatório, com a duração máxima de duas horas, de acordo com o programa de provas aprovado pelo despacho conjunto n.º 963/2003, de 3 de Outubro, dos Ministérios das Finanças e da Ciência e do Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003;
- b) Avaliação curricular, onde serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os factores de habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional, classificação de serviço, através da sua expressão quantitativa, sem arredondamentos e apreciação geral do currículo.

9 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada de todos os métodos de selecção.

9.1 — Os critérios de apreciação e os métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Processo de candidatura:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido a Francisco Manuel Camarinhas Serdoura, mestre assistente da Faculdade de Arquitectura e presidente do júri do concurso de acesso interno para assistente administrativo especialista, entregue pessoalmente em envelope fechado na Secção de Expediente ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, para a Faculdade de Arquitectura da UTL, Rua de Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

10.2 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado (datado e assinado);
- b) Documento comprovativo das habilitações académicas;
- c) Documentos comprovativos da formação profissional (acções de formação, seminários, colóquios, etc.);
- d) Fotocópia das classificações de serviço dos últimos três anos;
- e) Declaração passada pela chefia das funções que exerce actualmente;
- f) Declaração onde conste o tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Mestre Francisco Manuel Camarinhas Serdoura, assistente da Faculdade de Arquitectura.

Vogais efectivos:

Carla Maria Ribeiro Alves Sardinha, técnica superior de 2.ª classe da Faculdade de Arquitectura.

José Filipe César Gonçalves, técnico profissional principal da Faculdade de Arquitectura.

Vogal suplente — Henrique Augusto Carvalho dos Santos, técnico superior de 1.ª classe da Faculdade de Arquitectura.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

16 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando António Marques Caria*.

ANEXO

Legislação referente ao concurso

Legislação do ensino superior público:

Código do Procedimento Administrativo:

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Modernização da Administração Pública:

Decreto-Lei n.º 131/96, de 13 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 406/99, de 15 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;

Recrutamento e selecção — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego;

Cessação de funções — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/98, de 21 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho;

Regime de duração de horários de trabalho — Decreto-Lei n.º 259/98, 18 de Agosto;

Quadros e carreiras:

Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Benefícios sociais — ADSE, subsídios e outros:

Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Dezembro (ADSE);
Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de Outubro (subsídio de férias);
Despacho Normativo n.º 389/80, de 26 de Dezembro (subsídio de férias);
Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de Outubro (subsídio de Natal);
Despacho Normativo n.º 389/80, de 26 de Dezembro (subsídio de Natal);
Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de Fevereiro (subsídio de refeição);

Montante:

Portaria n.º 147/99, de 27 de Fevereiro (subsídio de refeição);
Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio (subsídio familiar);

Acumulação e incompatibilidades:

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho (artigos 4.º e 12.º);
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (artigos 31.º e 32.º);
Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio;
Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 413/89, de 23 de Dezembro;
Lei n.º 12/96, de 18 de Abril;
Lei n.º 49/99, de 22 de Junho (artigo 22.º);

Estatutos da Faculdade de Arquitectura da UTL:

Publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 18 de Abril de 1990;
Revisão dos Estatutos da Faculdade de Arquitectura, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003.

Contabilidade pública:

Despesas e receitas públicas — noção e tipos de classificação;
Orçamento do Estado — noção, elaboração e sua execução:

Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

Expediente e arquivo:

Principais tipos de documentos — noção, identificação e classificação;

Prazos de conservação de documentos;

Arquivos — conceito, funções, tipos e níveis:

Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de Julho;
Decreto-Lei n.º 447/88, 10 de Dezembro.

Aprovisionamento e património:

Bens do Estado — inventário e cadastro, aquisição, venda e alienação;

Regime jurídico de aquisição de bens e serviços:

- Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro;
- Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto;
- Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio;
- Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Assuntos académicos:

Matrículas e inscrições — Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2004-2005, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 166, de 16 de Julho;

Regimes e concursos especiais, reingressos, mudanças de curso e transferências:

- Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro;
- Portaria n.º 845-A/99, de 4 de Outubro;
- Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro;
- Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho, com as rectificações introduzidas pela Portaria n.º 96/95, de 1 de Fevereiro;
- Portaria n.º 390/95, de 2 de Maio;
- Portaria n.º 953/2001, de 9 de Agosto;
- Portaria n.º 1152/2002, de 28 de Agosto.

Graus académicos:

- Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro;
- Regulamento de doutoramentos, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 4 de Junho de 1993;
- Regulamento da criação de mestrados, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 4 de Junho de 1993;
- Regulamento para atribuição do grau de doutor *honoris causa*;
- Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho;

Propinas e emolumentos:

- Lei n.º 113/97, de 16 de Setembro;
- Despacho reitoral n.º 16 494/2002, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 2002.

Instituto Superior de Agronomia

Despacho (extracto) n.º 3384/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 20 de Janeiro de 2006, proferido por delegação:

Engenheiro António Nogueira Lopes Aleixo — autorizado o contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de professor associado convidado (30%) no Instituto Superior de Agronomia (Departamento de Produção Agrícola e Animal — Agricultura), a partir da data do despacho autorizador, por um quinquénio, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Parecer a que se refere o artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Com base na proposta subscrita pelo professor catedrático Doutor Pedro Augusto Lynce de Faria e pelos professores associados Doutores Cristina Maria Moniz Simões de Oliveira e José Paulo Pimentel de Castro Coelho do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, que fica arquivada no processo individual do licenciado António Nogueira Lopes Aleixo, o conselho científico deste Instituto, na sua sessão plenária de 17 de Outubro de 2005, deliberou aprovar por maioria a sua contratação como professor associado convidado (30%).

17 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *João Santos Pereira*.

23 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa*.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso n.º 1829/2006 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de Julho de 2005):

Doutor José da Cunha Barros, professor auxiliar, de nomeação provisória além do quadro do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa — nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.

Relatório final de processo de nomeação definitiva

Considerando que, em face do parecer emitido nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, subscrito pelos professores catedráticos deste Instituto Doutores Carlos Diogo Pereira Moreira e José Adelino Eufrásio de Campos Maltez, se encontram preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, reunido em 16 de Janeiro de 2006, aprovou, por maioria, a nomeação definitiva como professor auxiliar do Doutor José da Cunha Barros.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Abreu de Faria Bilhim*.

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 1830/2006 (2.ª série). — 1 — Está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso público para eventual recrutamento de um professor auxiliar para o Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, grupo de disciplinas de Planeamento Regional e Urbano, da área científica de Urbanismo e Transportes.

2 — Habilitações académicas do professor auxiliar — doutoramento ou equivalente legal.

2.1 — Os candidatos deverão ter uma formação académica sólida na área científica e respectivo grupo de disciplinas em concurso, nomeadamente em planeamento urbano e ordenamento do território, dando-se preferência às licenciaturas em Engenharia do Território, Planeamento Regional e Urbano e Engenharia do Ambiente (ramo de Ordenamento do Território), consideradas de interesse mais relevante, admitindo-se ainda as de Engenharia Civil (perfil de Planeamento e Transportes), Geografia (vertentes ligadas ao planeamento e ordenamento do território), Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial, Arquitectura da Gestão Urbanística ou licenciaturas equivalentes. É também dada preferência aos candidatos com experiência em planeamento regional e urbano ou ordenamento do território e em sistemas de informação geográfica.

No que se refere às áreas científicas de doutoramento e mestrado, dar-se-á preferência às que se situem nos domínios do planeamento regional e urbano, engenharia do território, urbanismo ou equivalentes.

3 — Vencimento do professor auxiliar — índice 195, escalão 1.

4 — As condições de admissão estão expressas no Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

5 — As candidaturas deverão ser formuladas mediante requerimento e dirigidas ao presidente do Instituto Superior Técnico, ou em formulário próprio existente no Núcleo de Gestão de Pessoal, entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio com aviso de recepção para o Núcleo de Gestão de Pessoal do Instituto Superior Técnico, Avenida de Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa.

5.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data de emissão do bilhete de identidade e entidade que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais;
- d) Quaisquer outros elementos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

5.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae*;
- b) Cópia do certificado de habilitações.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista profissional de selecção.